

# INSTITUTO DE ESTUDOS POLITICOS

## IEP-UCP

### ESTORIL POLITICAL FORUM

27, 28 e 29 de Junho 2022

#### PAINEL SOBRE PERSPECTIVAS DE PAZ NO CABO DELGADO (MOÇAMBIQUE)

#### TEMA: O CONFLITO NO CABO DELGADO NA PERSPECTIVA DA UNIÃO AFRICANA

**Raul Tati**

**(Investigador LIPS/CIEP-UCP)**

#### **1. Contexto da criação da UA**

Tendo em conta a importância das OI como instrumentos de cooperação internacional e de aproximação dos povos, «dada a interdependência crescente dos Estados e dos povos nos mais diversos domínios da actividade humana» (AA.VV, 2010:33), a criação da União Africana (UA), sucessora da Organização da Unidade Africana (OUA), em 2002, foi acolhida com justificada expectativa pela comunidade africana e internacional. Dois grandes desafios se apresentavam então: 1) O problema da paz e segurança no continente, tendo em conta os numerosos conflitos violentos espalhados um pouco por toda a parte no continente africano; 2) A construção da democracia e o desenvolvimento económico sustentável. Os líderes da nova organização procuraram insuflá-la com uma nova mística que a distinguiria da sua antecessora, a OUA: essa mística foi designada por RENASCIMENTO AFRICANO inspirado na ideologia política do pan-africanismo. A União Africana não é apenas uma Organização de cooperação; pretende ser sobretudo uma organização de integração política e económica regional. Conta com 55 Estados membros, sendo uma das maiores Organizações regionais do mundo com uma população estimada actualmente em mais de mil milhões de habitantes onde se calcula que a população jovem represente 65%. Passados mais de vinte anos da sua Carta constitutiva (2000), a UA assumiu na cidade de Niamey (Níger), em Abril de 2015, a «**Agenda Africana 2063**» como sua grande meta nos próximos cinquenta anos. Um dos pontos cruciais dessa Agenda é a construção de uma «**África pacífica e segura**» em toda a sua extensão. Foram, então, estabelecidas as seguintes:

- a) Até 2020 – Eliminação de todos os vestígios de colonialismo e a libertação total de todos os territórios africanos sob ocupação;
- b) Até 2020 – Silenciamento de todas as armas no continente;
- c) Até 2030 – Integração política, com livre circulação de pessoas e criação de instituições continentais e a plena integração económica;
- d) Até 2045 – O incremento do crescimento intra-africano de 12% para 50% e a participação africana no comércio mundial de 2% para 12%.

O surgimento da UA, entretanto, tem outro desafio que consiste em transformar a África em actor competitivo global, reposicionando o seu espaço no sistema mundial. «A África está inserida no sistema mundial mas encontra-se na sua periferia. A marginalidade, construção histórica, social e espacial, é no entanto tema de discursos e de poder (...). Durante muito tempo desempenhou o papel de reservatório de homens e de riquezas para as economias conquistadoras próximas (...). Ela permanece ainda hoje essencialmente um fornecedor de produtos primários e de homens, ao mesmo tempo que se desempenha um papel importante no domínio cultural». (HUGON,2015: 1)

## 2. Acções de paz e segurança em África

A UA está actualmente numa encruzilhada de conflitos violentos de vária índole: golpes de Estado militares, golpes constitucionais, guerras civis, insurgências político-militares, terrorismo de matriz *jihadista*, etc. Na Etiópia, o país que acolhe a sede da União Africana, decorre ainda um conflito militar. Com efeito, a rebelião que tem como foco principal a região do Tigray passou depois a evoluir em direcção à capital, Addis Abeba. Este facto criou preocupações no seio dos líderes da UA, tendo avançado com a ideia de transferir a cimeira da UA (5-6 Fevereiro 2022) para uma outra capital africana. Contudo, a ideia não foi avante. Mereceu uma reacção do PM etíope, Abiy Ahmed, na sua declaração de 16 de Janeiro: «*At this time when we are seeking your fraternal partnership, the action of those who have been pushing for AU summit to be held out of Addis Ababa citing the spread of COVID-19 and security situation as pretext had saddened Ethiopia*». O conflito já causou desde o princípio de Janeiro 2022 a morte de mais de 100 civis e centenas de deslocados. Estão em curso diligências diplomáticas para as negociações entre os beligerantes e o governo. Para além do conflito endémico no Corno da África e África Oriental onde pontificam a Somália, o Sudão, o Sudão do Sul e Quénia, estão identificadas outras sub-regiões africanas onde actualmente se registam conflitos violentos: na África Ocidental com o Burkina Faso, o Mali, a Guiné Conacri, a Nigéria e o Senegal; na África Central, os Camarões, a República Democrática do Congo, a República Centro-Africana e o Chade; na África Austral, a situação de Moçambique com o foco em Cabo Delgado, em Angola com o foco na região separatista de Cabinda;

no Norte da África, a situação na Líbia e na Tunísia; finalmente, a situação do Sahara Ocidental. Segundo o Presidente da Comissão Africana, Moussa Faki Mahamat, cerca de 15 países enfrentam actualmente situações de conflitos violentos causando desastres humanitários com cerca de 113 milhões de pessoas à espera de assistência emergencial, enquanto no Norte da África o número é de 14 milhões. Na Africa Oriental e Central existem cerca de 58 milhões de pessoas com insegurança alimentar. (MAHAMAT, 2022)

Como se pode ver, diante de uma situação de conflitualidade difusa, a UA não tem capacidade para atender simultaneamente a tanta demanda na perspectiva da resolução dos conflitos regionais actualmente activos. Todavia, esse facto não significa que a organização regional tenha cruzado os braços. Tendo em conta a característica da violência no Cabo Delgado com uma matriz do terrorismo *jihadista*, as coisas tornam-se ainda mais complicadas na medida em que não se trata de uma organização rebelde com motivações políticas claras quer em termos de disputa do poder, quer para reivindicações de natureza económica e social. Se se tratasse de uma rebelião de matriz política certamente haveria espaço para a diplomacia no encaixe de um acordo. Mas não se trata disso.

Na sua 24<sup>a</sup> Cimeira de Chefes de Estado e de Governo (Fev. 2021), a UA condenou os actos de terrorismo violento em Cabo Delgado. Alguns analistas em Moçambique reagiram negativamente pois esperavam da União Africana a criação de uma comissão para combater o fenómeno e uma posição mais firme. Tendo em conta a natureza transnacional do fenómeno, o seu combate pressupõe uma *network* regional e internacional. Mas nessa altura, o governo de Moçambique não tinha feito o pedido de um apoio formal da UA para combater o fenómeno. Foi denunciada essa relutância inicial do governo moçambicano em solicitar apoio internacional, tendo preferido contratar forças mercenárias de segurança como a russa Wagner e as sul-africanas *Dyck Advisory Group* (DAG) e a *Paramount*. Entretanto, a Cimeira da SADC abriu as perspectivas de uma intervenção internacional dos países da sub-região austral, dando a essa iniciativa uma perspectiva multilateral contrariamente àquela bilateral liderada pelas forças do Ruanda, já a operar no terreno.

Recentemente (de 25 a 28 de Maio de 2022), por iniciativa de Angola, a União Africana realizou em Malabo uma cimeira extraordinária de Chefes de Estado e de Governo para discutir o problema do terrorismo e dos golpes de Estado ou mudanças institucionais no continente. Na sua Declaração Final, para além de uma condenação inequívoca do fenómeno do terrorismo e do extremismo violento no continente, os líderes africanos comprometeram-se em impulsionar a implementação de todos os instrumentos e decisões pertinentes da UA, em particular a Convenção de 1999 sobre a Prevenção do terrorismo e a Declaração Solene sobre o 50<sup>o</sup> Aniversário da OUA/UA, bem como a plena operacionalidade da Força Africana (*African Standby Force*), sem mais demora, melhorar a

coordenação sobre a sua utilização e acelerar a finalização do Memorando de Entendimento entre a UA e os órgãos de segurança. Entre outras medidas saídas da cimeira, os estadistas manifestaram-se, igualmente, contra a interferência estrangeira, incluindo os mercenários, nos assuntos internos de África e solicitaram que os actores externos ponham fim ao apoio a grupos terroristas, tendo reafirmado um financiamento adequado, sustentável dos esforços na luta contra este mal e a colocação imediata do Fundo Especial da UA para a Prevenção e Luta Contra o Terrorismo e o Extremismo violento. Comprometeram-se igualmente em criar, diversificar e consolidar as parcerias estratégicas internacionais a fim de reforçar a cooperação e a coordenação de esforços na prevenção e combate contra o terrorismo transnacional. (*AU DECLARATION ON TERRORISM AND UNCONSTITUTIONAL CHANGES OF GOVERNMENT IN AFRICA*, MALABO, 28 MAY 2022).

Entretanto, «A União Africana adoptou na Cimeira de Lomé (2000), e principalmente desde a sua operacionalização na Cimeira de Durban (2002), uma postura mais activa face à inoperância da sua antecessora, a Organização de Unidade Africana (OUA), criando estruturas e mecanismos que visam garantir um nível aceitável de sucesso na gestão de conflitos regionais e tornando-se o ponto de apoio preferencial para as estratégias de cooperação no âmbito da segurança e defesa para África.» (BERNARDINO, 2013:53)

Foi então concebido um Conselho de Paz e Segurança (CPS) que conta com um sistema de alerta continental (*Continental Early Warning System*), «estabelecendo unidades implantadas no terreno que acompanham e monitorizam as situações de tensão numa região, e interligando-se com outros mecanismos complementares coordenados no nível sub-regional e continental.» (BERNARDINO, 53-54)

Nesse sentido, a chamada Arquitectura de Paz e Segurança Africana conta com os seguintes órgãos: Comité Militar, Painel de Sábios, o Centro Africano de Estudos e Pesquisas sobre o Terrorismo e as *African Standby Force*.

### **3. Dados actuais sobre o conflito referentes a Outubro de 2017 a Dezembro de 2021:**

- a) Número total de ocorrências de violência organizada: 1,122
- b) Número total de fatalidades reportadas e violência organizada: 3,640
- c) Número total de fatalidades reportadas por violência organizada contra civis: 1,591

Segundo o último relatório da UA (Jan 2022), A situação de segurança agravou-se com uma série de ataques que os terroristas passaram a fazer contra aldeias

indefesas: dois terços dos ataques são contra populações civis. Continuam a lançar ataques contra a província do Cabo Delgado, especialmente no distrito de Macomia e uma onda de violência nas cercanias da província de Niassa. A missão em Moçambique das Forças regionais da SADC, juntamente com as Forças do Ruanda, continua a fazer a ofensiva contra os grupos islâmicos em Cabo Delgado com vários incidentes violentos registados nos primeiros dias deste ano e em várias localidades.

Uma ocorrência importante registada a 18 de Janeiro de 2022 foi a captura em Nangade (Cabo Delgado) por Forças de Defesa e Segurança de Moçambique de um importante líder do **Estado Islâmico Província da África Central** (ISCAP) de nome Ali, juntamente com seis outros rebeldes. O jovem de 39 anos de idade, nascido em Tanzânia, recrutou militantes islâmicos, planeou ataques e estava activamente envolvido na radicalização do extremismo islâmico.

Entretanto, a partir de 8 de Julho de 2021, uma grande ofensiva conjunta entre as Forças moçambicanas e as Forças do Ruanda, às quais foi juntar-se recentemente as Forças da SADC, melhorou relativamente o ambiente de segurança, foram recuperadas várias áreas onde se registava a presença dos rebeldes, mas o conflito continua em vários distritos e próximo da província do Niassa.

O relatório da UA apresenta ainda a situação socioeconómica e a situação humanitária e dos direitos humanos. Relativamente à última, realçamos a deterioração da situação em 2022 por força do aumento da intensidade do conflito no Norte do país onde se fala de mais 817 mil pessoas deslocadas.

A análise que decorre dessa insurgência põe em evidência a identificação das características da insurgência, o *modus* operacional e tático dos rebeldes que ultimamente estão a desdobrar-se em pequenas células que realizam ataques contra aldeias evitando confrontos directos com as Forças de Defesa e Segurança. Quanto aos desafios, não se limitam às tropas aliadas mas igualmente às tropas moçambicanas, pois todos precisam de um maior apoio logístico e de inteligência e um grande apoio aéreo. Também é preciso melhorar a sinergia entre todas as partes interessadas no sentido de alargar o número de tropas empenhadas nesta missão. Foi acordado para o efeito um *budget* calculado em \$29.7 milhões de dólares até Abril 2022, o que vai possibilitar o aumento de efectivos militares. (UA - *Situation Report and Security in Cabo Delgado – Mozambique*, 25 JAN 2022)

Até agora a UA africana está envolvida na pacificação do Norte de Moçambique não com uma missão militar sob a sua égide, mas actuando na facilitação e na concertação de esforços entre os intervenientes. Neste sentido, louva e encoraja a participação individual de todos Estados membros, como no caso do Ruanda

e dos países da SADC. Todavia, embora o conflito tenha uma expressão iminentemente militar, parece haver consciência de que a sua resolução deverá considerar outras variáveis que são hoje apontadas por analistas como causas remotas do conflito na região.

O grande problema que se coloca é que o terrorismo de cariz islâmico não é propriamente daquelas insurgências clássicas que têm por objecto derrubar o regime *en place* como nas revoluções da história ou alguma reivindicação política específica passível de solução negociada. Se, por um lado, o *jihadismo* não tem tréguas, por outro, os governos são relutantes em negociar com extremismos violentos. As acções militares podem ter algum êxito, mas se não houver um trabalho político do governo moçambicano no sentido de melhorar as condições de vida das populações dessa área, haverá sempre facilidade de recrutamento de novos militantes no seio das populações desfavorecidas e menos equipadas. A verdade é que nenhuma região do continente africano onde actua o terrorismo islâmico foi ainda declarada totalmente pacificada e segura em relação aos ataques extremistas. Tendo em conta essa premissa, uma solução para o Cabo Delgado deve ter um padrão holístico, olhando para todas as vertentes do conflito. O mais importante não é ganhar a guerra, mas conquistar uma paz sustentável. Todavia, sem o restabelecimento da segurança na região nenhum programa de desenvolvimento poderá avançar de forma eficaz. Neste sentido, Fátima Roque advoga a necessidade de se eliminar na África Subsaariana as diversas formas de violência decorrentes de uma governabilidade sem inclusão:

«Para construir um futuro com paz duradoura na AS, é necessário encontrar formas de: (1) eliminar o uso de violência para garantir a satisfação das necessidades de segurança e identidade de todos os grupos étnico-linguísticos; (2) assegurar, para todos os grupos, a legitimidade das diferentes culturas, religiões e de outros valores; (3) construir uma cultura política baseada no reconhecimento e na aceitação da diversidade de identidades (e eleitorados) étnico-linguísticas, religiosas, de classe, de grupo, de valores culturais e necessidades, de interesses económicos e sociais; (4) reduzir fortemente a corrupção pessoal e institucional e promover uma cultura de transparência e responsabilização popular, assim como um sistema económico que garanta uma vida decente e humana a todas as populações» (ROQUE, 2007: 52).

Para além desse aspecto, devemos ter também em linha de conta que «não há um sistema nacional ou regional que possa realmente almejar atingir um estágio de segurança total ou de paz perpétua. O seu dinamismo, a sua polissemia e a sua relatividade tornam-na impassível de captura por termos absolutos. O que se pretende é ter níveis médios aceitáveis de (in) segurança (estadual e humana)» (DUQUE&NOIVO&SILVA, 2016: 333). Transportando essa premissa para a realidade das perspectivas de segurança para o continente africano, os autores defendem o seguinte:

«Foi um sentimento de abandono resultante da sensação da inação da comunidade internacional que motivou os Estados africanos a desenvolverem um sistema de segurança colectiva ambicioso. O problema é que nem sempre tem produzido os resultados esperados. Com a excepção de alguns oásis de estabilidade social, desenvolvimento económico e democracia, a turbulência ainda caracteriza a vida política da maior parte dos Estados da região» (IDEM).

O que estará então na origem dessas situações que colocam permanentemente a paz e a segurança em risco nos Estados africanos? Os autores supracitados entendem que a origem destas perturbações nem sempre pode ser atribuída a disfunções económicas, sociais ou políticas dos Estados africanos. «Para além da pesada herança colonial, muitas vezes são fomentadas por atores externos com a suas próprias agendas religiosas, políticas e económicas que, não raras vezes, encontram-se nos espaços fraturados que pululam pelo continente e terreno fértil de crescimento e de multiplicação e efeitos potencializados, mesmo atendendo ao contexto internacional, *per se*, explosivo» (IDEM). Contudo, o papel dos próprios africanos é insubstituível, na medida em que «a construção e eficácia do sistema regional de segurança dependem largamente dos governantes e dos povos africanos, começando, de forma gradual, do Estado ou comunidades políticas viáveis e representativas para as organizações regionais e sub-regionais de concertação e de coordenação ambiciosas, mas assentes em bases materiais mais sólidas» (IDEM:333-334).

No caso concreto de Moçambique, é pertinente apelar aqui à figura dos “estados fracassados” como uma das principais ameaças à paz e à segurança interna e internacional:

«Uma das mais importantes ameaças para a segurança internacional e que emergiu com a alteração do Sistema Internacional após o fim da Guerra Fria, é a existência de Unidades Políticas, que devido à má governação (corrupção endémica, abusos de poder, desrespeito pela dignidade da pessoa humana, debilidade institucional), à desregulação social, à inexistência de infraestruturas e serviços públicos, à incapacidade de impor o estado de direito ou de pôr fim à conflitualidade interna, se encontram fracassados» (GARCIA, 2010: 266).

Todavia, esse fracasso pode estar também relacionado com factores externos ou exógenos na medida em que «uma vez, desprovidos de poder, os Estados ficam permeáveis a que dentro de si germinem e se desenvolvam as mais diversas formas de criminalidade organizada e de terrorismo, com todas as repercussões além-fronteiras para a segurança regional e internacional» (IDEM). Tendo em conta as três categorias de estados fracassados sugeridas por Francisco Garcia (fracos, falhados e colapsados), a situação em Moçambique adequa-se ao Estado falhado, pois, «é daqueles que na ordem interna não tem o monopólio da legítima violência de que Weber (1946) nos falava, ou seja, surgem outras entidades como milícias, exércitos privados ou uma qualquer organização subversiva, nas suas variadas tipologias, que competem com o

poder formal, por vezes controlando partes significativas do território e da sua população, não tendo necessariamente responsabilidade social sobre esta última» (IDEM: 268). A realidade do Estado fracassado deixa o campo aberto para os novos competidores das esferas tradicionalmente reservadas ao Estado. Estas são sobretudo as Organizações Intergovernamentais (OIG) e as Organizações Não-Governamentais (ONG). Contudo, na realidade africana o estatocentrismo é uma filosofia bastante arraigada nos nossos sistemas e modelos político-constitucionais e na prática governamental onde o Estado é omnipresente. A ideia do “Estado mínimo” ventilado pelo neoliberalismo ocidental não colhe neste contexto. As organizações supracitadas cobrem, por conseguinte, lá onde o Estado fracassa por manifesta incapacidade sem que isso seja entendido como um *power sharing*. Embora se pretenda guindar a União Africana aos patamares de uma organização de integração regional, a verdade é que a soberania dos Estados membros continua a ser um princípio intangível que limita a autoridade da mesma na aplicabilidade das suas deliberações. É um processo que levará o seu tempo.

#### **4. Linhas-de-força para a compreensão do jihadismo global**

Não se combate o que não se conhece. A insurgência do *jihadismo* global contemporâneo esparsa em múltiplos grupos que actuam hoje em muitos países reclama por um aprofundamento racional. É preciso estudar o fenómeno. Em primeiro lugar, é preciso realçar que a emergência do islão militante em África não é recente. Na verdade, a islamização é um fenómeno historicamente contemporâneo à arabização das sociedades africanas no século VII, cujo proselitismo já contava com a declaração da guerra santa às comunidades pagãs: «As relações do islão com as religiões antigas e, mais largamente, com as práticas e os costumes locais iam contudo mudar mais ou menos a partir do século XI, quando a aceitação do compromisso e da coexistência cedeu o passo à vontade de impor o Islão em todos os níveis da vida social» (M´BOKOLO, 2003:136-137). A imposição da nova religião passava por certos requisitos: «Houve por todo o lado uma vontade de uniformização dos modos de vida, de maneira a torná-los estritamente conformes com os preceitos, a lei e o direito do Islão: adopção quase generalizada de nomes muçulmanos, transformação das regras de filiação e de herança, com a desapareição progressiva das regras matrilineares em proveito dos mecanismos da patrilinearidade» (IDEM).

Em segundo lugar, o entendimento imediato quando se fala da *jihad* é a sua conotação intrínseca com o islão, ou melhor dito, com o islamismo. Isto significa desde logo que estaríamos diante de uma ideologia religiosa de carácter teocrático, cujo proselitismo militante não pode ter tréguas enquanto os infiéis não se submeterem a Alá, aceitando Muhammad como seu profeta. O mundo

está dividido em duas zonas, segundo essa lógica: a zona da paz (*dar-al-salam*) e a zona da guerra santa (*dar-al-harb*). A zona da paz corresponde ao mundo islamizado, sendo a zona da guerra santa (*jihād*) o mundo dos infiéis. Vistas as coisas dessa maneira, estaríamos a simplificar o fenómeno cuja complexidade é hoje partilhada pelos estudiosos. Pode ser justificada tanta violência gratuita a raia a “banalidade do mal” (ARENDETT, 1963) apenas porque uma determinada sociedade não assumiu o nome de Alá como Deus e não aceitou Muhammad como seu profeta? Como se pode justificar a violência *jihadista* que ocorre hoje em regiões islamizadas? As expressões “fundamentalismo” ou “extremismo” explicam toda essa saga de cães raivosos? A promessa escatológica das virgens preparadas para os mártires tem alguma sensatez? Se assim é, qual seria a motivação e o destino das mulheres mártires da cruzada *jihadista*?

Precisamos de aprofundar a lógica da violência *jihadista*. Segundo Felipe Duarte, a violência de matriz *jihadista* «terá sempre uma dimensão política». Explica nestes termos: «É por isso, um meio para um fim. Assume um nível de conflito armado, mas sob a forma de acção directa. Aportamos assim no adágio de Carl Von Clausewitz, quando diz que a guerra é continuação da política, mas por outros meios. Vemos então uma função específica na violência. Há no *jihadismo* global uma noção doutrinal, ideológica e politico-pragmática que conduz a um determinado tipo de acção» (DUARTE, 2015:17).

Esta explicação do autor vem afastar qualquer veleidade de conferir à violência *jihadista* o carácter de irracionalidade. Não obstante à sua brutalidade, ela carece de uma concepção racional, de uma causalidade e de uma finalidade. Neste sentido, Filipe Duarte adverte que «há uma função específica para a violência *jihadista*, ela é instrumental» (IDEM). Admitindo, pois, essa acepção teórica, a grande questão é a identificação dos objectivos políticos. Noutros termos: quais são as reivindicações políticas que justificam a sua praxis? A resposta não é linear tendo em conta as diversas expressões do *jihadismo* militante e os respectivos contextos. Estes podem perfilar-se desde questões étnicas e identitárias, nacionalismos de matriz religiosa, conflitos culturais entre os atavismos ancestrais e a modernidade (ocidentalocêntrica) até ao chamado fundamentalismo ou extremismo religioso, *tout court*, que hoje tem a expressão máxima no Estado Islâmico classificado como “estado de terror” (STERN&BERGER, 2015: 269-294).

O novo paradigma da guerra a partir dos anos 90, curiosamente assinalado por Mónica Dias no seu ensaio “*Open Roads to Peace and Democratization*” (2020), veio confundir ainda mais as linhas que distinguem as guerras interestatais e intraestatais assim como as guerras civis ou étnicas e desencadeando uma violência ilimitada:

«There are more and more wars without any “war code”(whether as understood in a post-Westphalian tradition or as defined by Clausewitz) fought

for many and interwoven reasons, involving a plurality of actors, waged at a “low intensity” but progressive level (...) with complex economic ties and targeting especially civilians. In fact, most of these “new wars” (...) are intrastate (and not between states) and more than 80% of the victims have been civilians so that the prospects for a just and enduring peace process become very difficult to sustain» (DIAS, 2020: 14-15).

Em circunstâncias dessa natureza nem sempre se pode aferir o adágio clausewitziano, pois a guerra aqui já não é «a continuação da política por outros meios.»

## Conclusão

A paz e a segurança regional representam actualmente o desafio mais premente para os líderes africanos. No momento em que os seus recursos multifacetados deviam concentrar-se no desafio do desenvolvimento preconizado na Agenda Africana 2063, a insegurança causada por conflitos violentos voltou a tomar de assalto a agenda africana colocando-se como prioridade absoluta. A paz é indispensável para o desenvolvimento. Tendo em conta a fragilidade dos estados africanos pós-coloniais, ora em construção, agravada por situações de pobreza extrema, compreende-se a facilidade com que descambam em situações de conflitos violentos intraestatais. O caso do Cabo Delgado no Norte de Moçambique representa neste sentido outras tantas situações esparsas pelo continente africano onde o Estado perdeu o monopólio da violência, estando às mãos de forças antissistema que reclamam alguma legitimidade ou pura e simplesmente alguma razão nem sempre de fácil identificação. Entretanto, a situação humanitária no Cabo Delgado reclama por uma solução holística com várias etapas a curto, médio e longo prazo. A primeira etapa - que já decorre - é o combate contra a insurgência violenta e o restabelecimento da paz e o reassentamento das populações deslocadas com programas assistenciais em que deverá estar envolvida financeira e operacionalmente a União Africana em parceria com as Nações Unidas e com a União Europeia. A segunda etapa será constituída com o novo paradigma da *peacebuilding* baseado no empoderamento da sociedade civil através de programas e iniciativas de desenvolvimento local com o enfoque para grupos marginalizados ou vulneráveis (*grassroots movement*). A última etapa será a da consolidação das conquistas das etapas anteriores.

Em termos de recomendações, destacamos o seguinte:

- a) A Comissão Africana em coordenação com o Secretariado da SADC poderiam usar a sua influência e o mandato para organizar uma cimeira conjunta ou reuniões com parceiros internacionais (ONU, EU)) para

buscar o apoio urgente em termos financeiros, de inteligência e de homens.

- b) O Centro Africano de Estudos e Pesquisa sobre o Terrorismo para providenciar informações sobre as melhores vias para ajudar Moçambique a fim de não se reeditar as experiências da Nigéria, Somália e Mali onde o terrorismo deixou de ter apenas como alvo as comunidades remotas/rurais, passando a constituir uma ameaça contra os respectivos governos instituídos.
- c) A UA, em coordenação com a SADC, deveria avançar para uma cooperação civil e militar para trabalhar com as organizações humanitárias no sentido de se assegurar o acesso à assistência humanitária aos civis em caso de se empenharem em uma resposta militar.

## Bibliografia

1. STERN, J. – BERGER, J.M., 2015, *Estado Islâmico: Estado de Terror*, 20/20 Editora Vogais, Amadora.
2. DUARTE, F.P., 2015, *Jihadismo Global - Das Palavras aos Actos*, Editorial Presença, Queluz.
3. ROQUE, F.M., 2007, *África, a NEPAD e o Futuro*, Texto Editores, Luanda.
4. BERNARDINO, L., 2013, *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana – Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Almedina, Famalicão.
5. AA.VV., 2010, *Organizações Internacionais*, Coimbra Editora, Coimbra (4<sup>o</sup> edição revista e actualizada).
6. M'BOKOLO, E., 2003, *África Negra. História e Civilizações*, tomo I, Editora Vulgata, Lisboa.
7. ARENDT, H., 1963, *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* - trad. José Rubens Siqueira, Companhia das Letras, S. Paulo.
8. DELGADO, J. P., *Segurança em África*, in DUQUE, R.-NOIVO, D.- E SILVA, T. de A. (coord.), 2016, *Segurança Contemporânea*, Pactor, Lisboa, pp.321-336
9. GARCIA, F.P., 2010, *Da Guerra e da Estratégia. A Nova Polemologia*, Prefácio, Lisboa.
10. HUGON, Ph., 2015, *Geopolítica de África*, escolar editora, Lisboa (3<sup>a</sup> edição).
11. DIAS, M., *Open Roads to Peace and Democratization*, in GANESON, N.(ed.), 2020, *International Perspectives On Democratization and Peace*, Esmerald Publishing, pp. 11-25.

12. AFRICAN UNION, *Declaration On Terrorism and Unconstitutional Changes of Government in Africa*, MALABO, 28 May 2022.
13. AFRICAN UNION, *Constitutive Act*, Lomé, 11 July 2000.
14. AFRICAN UNION / INFORMATION & COMMUNICATION DIRECTORATE, *African leaders to scale up efforts against unconstitutional changes of government, terrorism and foreign mercenaries*, Press Release N.101/2022 (28.05.2022).
15. AFRICAN UNION, *Situation Report and Security in Cabo Delgado – Mozambique*, 25 JAN 2022.
16. MAHAMAT, Moussa Faki, *Statement at Opening at the Extraordinary Humanitarian Summit and Pledging Conference*, Malabo, 27 May 2022.